

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas nºs 145, 146, 147 e 148, de 18 de dezembro e 9, 15 e 16 de janeiro

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas legislativas

- [Projeto de Resolução n.º 1936/XIII](#), do PCP, Recomenda ao Governo que promova um amplo e profundo debate nacional sobre a reorganização dos ciclos de ensino e a realização de uma profunda reorganização curricular

4. Audição de Peticionários - [Petição n.º 566/XIII/4.ª](#), de Liliana Brito Lima e outros - Solicitam a adoção de medidas com vista à criação da obrigatoriedade de disponibilização de condições para as sextas, para crianças até à entrada na primária - 15h00

5. apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

- [Projeto de Lei n.º 1052/XIII/4.ª \(PCP\)](#) - Reforço dos direitos dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo procedendo à primeira alteração ao Estatuto do Ensino Particular Cooperativo de nível não superior

6. Requerimento do GP do BE para audição do Reitor da Universidade do Porto sobre a aplicação do PREVPAP - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública - naquela Universidade

- **Apreciação e votação**

7. Fixação de Redação Final

- [Projeto de Resolução n.º 1790/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a revisão em 2018 do rácio de auxiliares de ação educativa da Escola Pública no sentido do seu reforço

- [Projeto de Resolução n.º 1793/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que permita às escolas procederem à rápida substituição de assistentes operacionais em situação de baixa prolongada
- [Projeto de Resolução n.º 1794/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública
- [Projeto de Resolução n.º 1796/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas

8. Outros Assuntos

9. Data da próxima reunião

- 23 de janeiro de 2019 - 10h00 - Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimentos do BE e do PSD
- 30 de janeiro de 2019 - 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação das atas nºs 145, 146, 147 e 148, de 18 de dezembro e 9, 15 e 16 de janeiro

Adiado.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas legislativas

- [Projeto de Resolução n.º 1936/XIII](#), do PCP, Recomenda ao Governo que promova um amplo e profundo debate nacional sobre a reorganização dos ciclos de ensino e a realização de uma profunda reorganização curricular

O Presidente da Comissão informou que o PCP solicitou a discussão do Projeto de Resolução no Plenário.

4. Audição de Peticionários - [Petição n.º 566/XIII/4.ª](#), de Liliana Brito Lima e outros - Solicitam a adoção de medidas com vista à criação da obrigatoriedade de disponibilização de condições para as sextas, para crianças até à entrada na primária - 15h00

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação (identificada na [página da audição](#)) e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os peticionários referiram o seguinte, em resumo:

1. Grande parte das escolas pré-primárias não permite que as crianças a partir dos 3 anos façam sesta, o que tem efeitos nefastos;
2. A petição foi criada em agosto de 2018 e hoje já tem mais de 4.000 subscritores;
3. A lei não prevê nada de determinante e os peticionários pedem a obrigatoriedade de serem disponibilizadas condições para as crianças fazerem sesta, se quiserem;
4. A Sociedade de Pediatria disponibilizou um documento com a revisão da matéria e a evidência científica em relação aos efeitos da sesta;
5. Um despacho de 1997 refere a importância do repouso das crianças;
6. As entidades que foram questionadas sobre a matéria alegam falta de espaço e de equipamento (nomeadamente colchões) para o efeito;
7. Também há pais que não querem que os seus filhos façam sesta, pelo que deveriam ser disponibilizadas as 2 opções, de poder haver sesta ou não;
8. O alargamento da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade e proximamente para as de 3 anos, deveria levar a ponderar esta matéria;
9. Pedem que a Assembleia da República legisle no sentido de ser obrigatório disponibilizar condições para as crianças que quiserem poderem fazer sesta.

Interveio depois o Deputado Pedro Pimpão (PSD), enfatizando o número elevado de subscritores da petição e salientando que a questão é sensível. Realçou ainda que a Sociedade de Pediatria refere que há crianças que precisam de sesta e outras não, pelo que deve haver uma avaliação pelo educador e pelos pais. A terminar, agradeceu que tenha sido clarificado que está em causa a obrigatoriedade de disponibilização de condições para a sesta e não da própria sesta.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu a importância do sono quer para crianças quer para adultos, destacando que esta discussão tem sido feita, tendo conduzido, por exemplo, à determinação do dia 13/3 como o Dia Mundial do Sono. Mencionou, de seguida, a variabilidade individual em necessidade de sono, que depende de fatores diversos e não, apenas, da idade da criança, razão pelas quais o GPPS considera que a sesta não deverá ter caráter obrigatório, devendo ser avaliada caso a caso, principalmente nas crianças a partir dos 3 anos. Mais referiu que será recomendável um diálogo permanente entre os diversos intervenientes nesta matéria, nomeadamente as escolas, as autarquias e os pais, de forma a avaliarem, em conjunto, a necessidade da prática da sesta em cada criança. Esclareceu, finalmente, que a Direção Geral de Educação tem entendido que esta matéria deverá ser equacionada por cada Instituição, independentemente da idade da criança.

O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que se trata de um tema pertinente e as recomendações nacionais e internacionais sobre a matéria devem ser levadas em conta, questionando a capacidade de avaliação sobre se os jardins-de-infância têm condições ou não e se o Estado deve regulamentar e atribuir as condições necessárias.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP, relatora da petição) indicou que as crianças chegam ao jardim de Infância muito cedo e saem muitas vezes tarde e cansadas quando permanecem depois das quinze e trinta no prolongamento. Concordou com uma oferta obrigatória de um período de descanso variável, consoante a idade, de acordo com as necessidades de cada criança, cuja adequação deveria ser considerada individualmente pelos educadores em conjunto com os pais. Realçou que as condições adequadas teriam de ser criadas com as Câmaras, sendo preciso um local adequado, em termos de luz e silêncio. Salientou ainda que tem havido muita pressão junto das escolas para disponibilizar esta oferta.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu que o assunto é muito importante e o PCP já apresentou o [Projeto de Resolução n.º 1673/XIII](#), em que pedem a avaliação da matéria e das condições materiais e humanas, tendo realçado a necessidade de debate público com todos os intervenientes. Realçou depois os efeitos da sesta na memória e a nível da saúde, tendo pedido também a atenção para as crianças que não necessitam de sesta. Salientou ainda que a não realização de sesta gera a desregulação do horário das crianças e famílias.

Na sequência das questões e observações colocadas, os representantes dos peticionários referiram o seguinte, em resumo:

1. Pedem a obrigatoriedade de disponibilização de condições para as crianças fazerem sesta, se quiserem;
2. Se as crianças estão muito tempo nas pré-primárias, é necessário criar condições para terem os meios adequados;
3. Os estabelecimentos escolares devem disponibilizar os meios necessários, nomeadamente a possibilidade de utilização de salas polivalentes;
4. Pedem a intervenção dos Grupos Parlamentares e do Governo para a disponibilização de condições para a sesta, em parceria com as autarquias locais;
5. É preciso respeitar a individualidade de cada criança;
6. Não é necessário que haja desmame e que no último ano da pré-escola já não haja sesta, as férias do Verão são suficientes para o efeito;
7. É importante reduzir o tempo de permanência na escola;
8. As crianças até aos 6 anos têm um sono bifásico, à noite e com sesta;
9. Reiteram o pedido de a Assembleia da República legislar sobre a obrigatoriedade de disponibilização de condições para as crianças fazerem sesta;
10. Entendem que as condições necessárias se obterão e não consideram necessário muito mais debate, mas antes ação.

A gravação está disponível na [página da audição](#).

5. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

- [Projeto de Lei n.º 1052/XIII/4.ª \(PCP\)](#) - Reforço dos direitos dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo procedendo à primeira alteração ao Estatuto do Ensino Particular Cooperativo de nível não superior

A Deputada Odete João (PS) apresentou o parecer e propôs que se incluía a FENPROF na lista das entidades para efeitos de solicitação de contributo. O parecer foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. Requerimento do GP do BE para audição do Reitor da Universidade do Porto sobre a aplicação do PREVPAP - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública - naquela Universidade

O Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação do requerimento, referindo que os resultados do PREVPAP são graves, por os investigadores não estarem praticamente a ser incluídos, nomeadamente das instituições privadas incluídas na Universidade do Porto.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) indicou que acompanham o requerimento e as suas preocupações e referiu que se verifica inquietação nesta e noutras instituições.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) realçou que os problemas em causa não são exclusivos da Universidade do Porto.

O Deputado Porfírio Silva (PS) indicou que o PS tem acompanhado o processo do PREVPAP, que é complexo e demorado, não havendo uma grelha de critérios fixada, mas uma análise casuística, sendo a avaliação estatística difícil e realçou ainda que há atas com as decisões, para os interessados puderem recorrer das mesmas. Referiu também que não concordam com o método das decisões caso a caso e não acompanham o requerimento. A terminar, defendeu que o PREVPAP não se confunde com as regularizações no âmbito do diploma do emprego científico.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) informou que não se opõem a audições de entidades.

O Deputado Luís Monteiro (BE) sublinhou que nenhuma instituição privada das Universidades foi levada em conta para regularização no âmbito do PREVPAP. Referiu ainda que anteriormente o BE propôs a audição do Reitor da Universidade de Aveiro e em contrapartida veio o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, que não respondeu à situação daquela Universidade. Por outro lado, o PSD já antes propôs a audição do Reitor da Universidade de Lisboa e foi aprovado.

O requerimento foi aprovado pelos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP, registando-se a abstenção dos Deputados do PS.

7. Fixação de Redação Final

- [Projeto de Resolução n.º 1790/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a revisão em 2018 do rácio de auxiliares de ação educativa da Escola Pública no sentido do seu reforço
- [Projeto de Resolução n.º 1793/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que permita às escolas procederem à rápida substituição de assistentes operacionais em situação de baixa prolongada

- [Projeto de Resolução n.º 1794/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública
- [Projeto de Resolução n.º 1796/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Revisão e reforço do rácio de atribuição de assistentes operacionais e assistentes técnicos aos agrupamentos e escolas não agrupadas

A redação final foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

9. Data da próxima reunião

- 23 de janeiro de 2019 - 10h00 - Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimentos do BE e do PSD
- 30 de janeiro de 2019 - 10h00

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de janeiro de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Diana Ferreira
Liliana Silva
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Ivan Gonçalves
Maria Manuela Tender
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador

